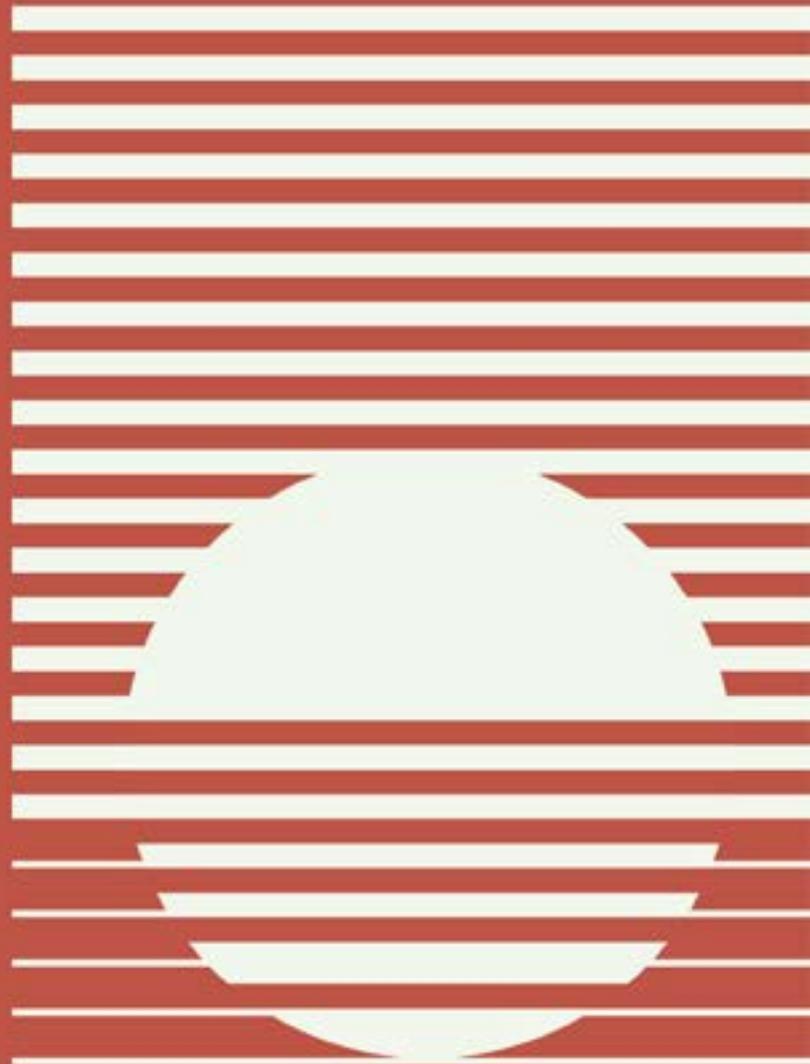


CONJUNTURA



06
2024



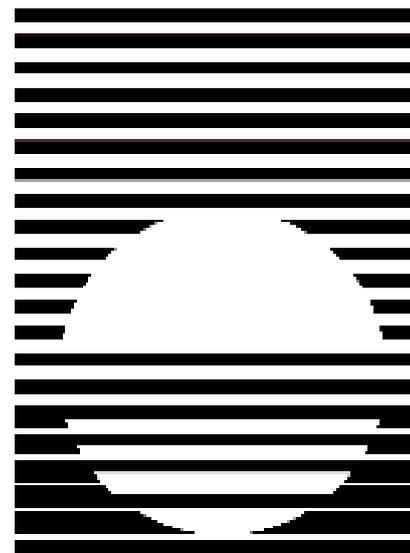
CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento de notícias relacionadas aos temas de pesquisa do Observatório Político Sul-Americano (OPSA).

O grupo monitora a política externa e a política doméstica dos países da América do Sul e elabora, na forma de eventos, uma síntese dos acontecimentos que têm importância para as relações regionais.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ).



Corpo Editorial

Editor Executivo: Guilherme Fritz

Conselho Editorial: Diogo Ives de Quadros, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque

Editoria de Redação: Beatriz Bandeira de Mello, Débora Bedim, Diogo Ives de Quadros, Ghaio Nicodemos Barbosa, Guilherme Fritz, Isabella Pereira, Jefferson Nascimento, Júlia Furtado, Kethlyn Winter, Marília Closs, Stephanie Braun, Thaís Jesinski Batista

O Observatório Político Sul-Americano (OPSA) está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

OPSA

opsa.com.br



SUMÁRIO

Página 04

Brasil lança ação na OIT, dialoga com G7 e elege diretor-geral da Interpol

Brasil e China realizam o 7º encontro de alto nível da COSBAN

Tentativa de golpe militar fracassa na Bolívia

Página 05

Organizações regionais reagem à tentativa de golpe na Bolívia

Governo Milei tem importante vitória no Congresso argentino

Página 06

Argentina realiza pagamento histórico de dívidas para o Paraguai

Governo colombiano inicia diálogo de paz com uma nova guerrilha em meio a entraves com outras

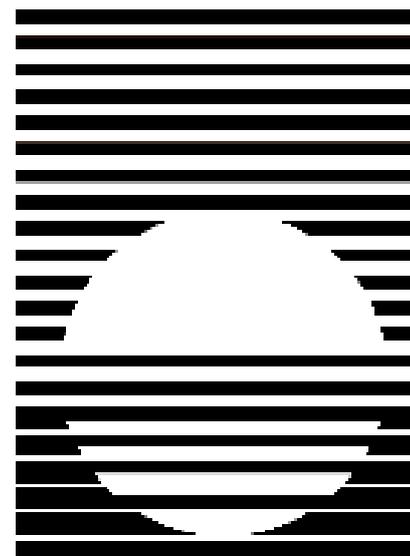
Página 07

Uruguai realiza eleições internas partidárias visando às eleições presidenciais de 2024

Página 08

Chile participa de fóruns multilaterais para coordenar medidas de resposta aos conflitos em Gaza e na Ucrânia

Campanha para eleição presidencial avança na Venezuela



Brasil lança ação na OIT, dialoga com G7 e elege diretor-geral da Interpol

A política externa brasileira foi marcada por diferentes ações no plano multilateral, no mês de junho. No dia 13, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou do fórum inaugural da Coalizão Global para a Justiça Social, no âmbito da 112ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, na Suíça. A coalizão será co-presidida por Lula e pelo diretor-geral da OIT, Gilbert Houngho, com a finalidade de aumentar o engajamento de governos e sociedades no cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 8, “Trabalho Decente para Todos”, da Agenda 2030 da ONU. Em discurso, Lula criticou a informalidade e a precarização laboral, defendeu o Estado como planejador do desenvolvimento e defendeu a eliminação dos assentos permanentes dos países mais industrializados no conselho da OIT. Em seguida, o presidente brasileiro viajou para Borgo Egnazia, na Itália, para participar da Cúpula do G7, realizada entre 13 e 15 de junho. Além do Brasil, foram convidados, ao encontro das sete maiores economias ocidentais, mais dez países em desenvolvimento. Em sua fala, Lula lembrou que o Brasil preside o G20 neste ano e defendeu uma maior cooperação no enfrentamento das mudanças climáticas, uma desconcentração do poder digital das mãos de poucas empresas, uma governança multilateral da inteligência artificial e um aumento da taxação de indivíduos “super ricos” para mitigar a fome e a pobreza. Finalmente, no dia 25, o Brasil conseguiu eleger seu candidato para o cargo de diretor-geral da Interpol, organização intergovernamental que coordena redes de polícias em todo o mundo e conta com 196 países-membros. Valdecy Urquiza, delegado e atual encarregado da direção de cooperação internacional da Polícia Federal, foi escolhido pelo comitê executivo do órgão e terá o nome submetido à assembleia geral, em novembro, para ratificação. Uma vez empossado, a partir de 2025, Urquiza será o primeiro representante de um país em desenvolvimento a comandar o órgão, criado em 1926, com um mandato de cinco anos. Em publicação nas redes sociais, o presidente Lula destacou que o Brasil passa a ter uma missão importante no combate ao crime organizado internacional.

Fontes: [UOL](#), 13/06/2024; [Brasil](#), 14/06/2024; [CNN](#), 25/06/2024.

Brasil e China realizam o 7º encontro de alto nível da COSBAN

Em 5 e 6 de junho, ocorreu a VII Sessão Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), em Pequim. O encontro marcou os 50 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e China, assim como os 20 anos de criação da COSBAN, que hoje conta com 11 subcomissões temáticas, as quais operacionalizam o Plano Estratégico 2022-2031 e o Plano Executivo 2022-2026. Paralelamente, no dia 5, também foi realizado o Seminário Empresarial Brasil-China. A delegação brasileira foi chefiada pelo vice-presidente Geraldo Alckmin (também Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio) e incluiu mais cinco ministros: Rui Costa (Casa Civil), Simone Tebet (Planejamento), Carlos Fávaro (Agricultura), Márcio França (Microempresas) e Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário). No dia 7, a delegação se reuniu com o presidente chinês, Xi Jinping, que defendeu, em discurso, um aprofundamento da colaboração internacional para a paz e de projetos bilaterais nos setores de economia verde, energia limpa, economia digital, tecnologia da informação, inteligência artificial e infraestrutura. Sobre o último ponto, Xi destacou a busca por maior sinergia entre o projeto chinês da Nova Rota da Seda e o projeto brasileiro das Novas Rotas de Integração Sul-Americanas. Em entrevista à imprensa chinesa, Rui Costa informou que o governo brasileiro convidou mais empresas do país asiático a participarem da construção de uma ferrovia que ligará o Brasil ao Oceano Pacífico.

Fontes: [Terra](#), 28/05/2024; [Valor](#), 04/06/2024; [China](#), 07/06/2024; [Folha de S. Paulo](#), 08/06/2024.

Tentativa de golpe militar fracassa na Bolívia

No dia 26 de junho, a Bolívia passou pelo que tem sido chamado, inclusive pelo presidente Luis Arce, de tentativa fracassada de golpe de Estado. No turno da tarde, Juan José Zuñiga liderou uma intervenção que contou com contingentes militares e policiais e bloqueou a Praça Murillo, em La Paz, onde ficam edifícios institucionais importantes como o Palácio Quemado, a Casa Grande del Pueblo e a Assembleia Plurinacional. O grupo, que contava com pesado

equipamento militar e ameaçou invadir o Palácio Quemado, se declarou em emergência e demandou, sob a liderança de Zuñiga, a destituição de todo o gabinete do presidente Luis Arce e a nomeação de novos ministros. No dia anterior, dia 25 de junho, Zuñiga havia sido deposto do cargo de comandante do exército boliviano. Em outras cidades, como El Alto, movimentos similares foram registrados. Como resposta, Luis Arce exigiu a desmobilização dos contingentes e, em seguida, instituiu uma nova alta cúpula militar para o país. Zuñiga declarou que iniciaria um operativo para a libertação dos presos políticos do país. No entanto, em seguida ele e os grupos que estavam bloqueando a Praça Murillo se retiraram. Poucas horas depois, Zuñiga e outros vinte militares que participaram da quartelada foram presos, acusados de terrorismo e levante armado contra a segurança e a soberania do Estado. O processo tem sido chamado por Evo Morales, ex-presidente, nas redes sociais, de tentativa de autogolpe falida e pediu investigações sobre o caso.

Fontes: [El País](#), 27/06/2024; [El País](#), 28/06/2024; [La Razón](#), 28/06/2024; [Folha de S. Paulo](#), 30/06/2024.

Organizações regionais reagem à tentativa de golpe na Bolívia

No dia 26 de junho, a presidenta de Honduras, Xiomara Castro, atualmente no comando da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), publicou uma mensagem na rede social X apelando aos demais membros da organização a condenarem o “fascismo” que atacou a democracia na Bolívia. Demonstrando apoio ao presidente Luis Arce e ao ex-presidente Evo Morales, Castro exigiu respeito ao poder civil e à Constituição boliviana e solicitou aos membros da CELAC que se reúnam para definir uma posição comum sobre o ocorrido. No mesmo dia, o presidente Lula telefonou para Xiomara para discutir os aspectos da crise e a possibilidade de realizar uma reunião emergencial da CELAC. Não houve, no entanto, nenhuma declaração formal da comunidade sobre o tema. A Organização dos Estados Americanos (OEA), por sua vez, condenou o levante militar por meio de mensagem publicada pelo Secretário-Geral da instituição, Luis Almagro, no X. O pronunciamento de Almagro coincidiu com a 54ª Assembleia Geral da OEA, realizada no Paraguai, ocasião em que se votou, por aclamação, a condenação da tentativa de golpe

na Bolívia. No dia 27, foi divulgado um comunicado informando que os países da América do Sul reunidos sob o Consenso de Brasília (documento aprovado em cúpula presidencial sul-americana realizada no ano passado) condenavam “energicamente” a tentativa de golpe na cidade de La Paz, classificando o episódio como um ataque à democracia, estabilidade e paz da América do Sul. Os Estados-parte do Mercosul também manifestaram “profunda preocupação e condenação enérgica” aos setores que tentaram “desestabilizar” o governo democrático da Bolívia, expressando apoio a Luis Arce. A resposta regional também incluiu manifestações individuais de representantes de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, Guatemala, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Fontes: [Opera Mundi](#), 26/6/2024; [G1](#), 26/6/2024; [O Globo](#), 26/6/2024; [Brasil de Fato](#), 26/6/2024; [Ministério de Relações Exteriores](#), 27/6/2024; [Ministério de Relações Exteriores](#), 27/6/2024.

Governo Milei tem importante vitória no Congresso argentino

No dia 28 de junho, após seis meses de negociação, o Congresso argentino aprovou a Lei de Bases e Pontos de Partida para a Liberdade dos Argentinos, apresentada pelo governo de Javier Milei. A legislação, que conta com 238 artigos, promove mudanças substantivas no funcionamento do Estado argentino, dentre as quais está a declaração de emergência pública em matérias administrativa, econômica, financeira e energética, que, na prática, permite que o presidente legisle por meio de decretos nessas áreas durante 12 meses, sem a necessidade do aval dos congressistas. Além disso, é concedido ao Executivo permissão para privatizar determinadas empresas públicas, um dos temas mais polêmicos, que obrigou o governo a abrir mão de privatizar a Aerolíneas Argentinas, a Radio y Televisión Argentina (RTA) e os correios, para evitar uma derrota. A Lei de Bases inclui, ainda, um Regime de Grandes Investimentos, com o objetivo de facilitar a entrada de capital estrangeiro, o que pode dificultar a concorrência das médias e pequenas empresas nacionais. Nos âmbitos trabalhista e tributário, estão previstas reformas que favorecem os empresários, retirando direitos dos empregados, bem como reduzem a pressão do imposto sobre a propriedade pessoal e aumenta o número de assalariados que

devem pagar o imposto de renda. No dia 12 de junho, a proposta havia passado no Senado, após uma votação que terminou empatada em 36 x 36. A presidenta do Senado, que é também a vice-presidenta da república, Victoria Villarruel, deu o voto de minerva em favor da aprovação. Houve protestos em frente ao Senado, que foram fortemente reprimidos pelas forças de segurança, resultando na detenção de pelo menos 18 manifestantes. Devido às alterações promovidas pelos senadores, o projeto de lei retornou à Câmara dos Deputados, onde passou pelo placar de 147 votos a favor e 107 contra. Além da vitória no legislativo, o governo também teve duas notícias positivas. A primeira foi o anúncio de que o Banco Central argentino chegou a um acordo com o Banco Central chinês para a renovação de um swap cambial por 12 meses, protelando um pagamento à China de cerca de US\$ 2,9 bilhões previsto para junho. O FMI também aprovou o desembolso de US\$800 milhões para o Estado argentino, como parte do programa de empréstimos firmado em 2018. Tais anúncios aliviam a pressão fiscal sobre o governo Milei, que, até o momento, não conseguiu reverter a crise que assola a economia argentina há anos. No dia 24 de junho, o Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (Indec) informou que o PIB da Argentina recuou 5,1% no 1º trimestre de 2024 em comparação ao mesmo período em 2023. A taxa de desemprego aumentou para 7,7% no primeiro trimestre, acima dos 5,7% no final do ano passado. A inflação acumulada, embora tenha desacelerado, é de 276,4%, a maior do mundo, e a pobreza atinge 51,4% da população nacional.

Fontes: [PÁGINA 12](#), 12/06/2024; [EL PAÍS](#), 12/06/2024; [G1](#), 24/06/2024; [INFOBAE](#), 28/06/2024.

Argentina realiza pagamento histórico de dívidas para o Paraguai

Em junho, o Paraguai recebeu um valor considerável da dívida histórica que a Argentina mantinha com o país, a respeito da utilização do excedente de energia produzida pela Usina Hidrelétrica Binacional Yacyretá. A dívida, que já acendia ao valor de US\$ 132 milhões, era referente à cessão de energia produzida na binacional, pois o Paraguai não consome integralmente os 50% a quem direito por tratado e os vende para o Estado vizinho. No que se refere ao pagamento das pendências, a Argentina fez

uma transferência no valor de 12 milhões de dólares em maio e, agora, de mais 100 milhões de dólares. Resta ainda uma quantia de 20 milhões de dólares, a qual, segundo estimativas, será paga em agosto do presente ano. Os valores atrasados diziam respeito aos anos de 2022 e 2023. O dinheiro foi enviado para o Tesouro paraguaio e estará à disposição do Ministério de Economia e Finanças do país. A respeito das negociações bem-sucedidas que levaram ao pagamento de parte considerável da dívida, Santiago Peña, presidente do país, informou ser “o maior pagamento que foi feito é consequência de um pedido insistente que fizemos” e ainda acrescentou que “estamos muito felizes com o pagamento, depois de vários dias de negociações, mas não estamos satisfeitos, porque ainda há um saldo muito importante”. Além do que cabe ao Paraguai, a Argentina também deve pagar uma quantia referente à geração de energia, no valor de US\$ 92 milhões, que cabem à própria usina. Quando pago, deverá ser empregado para financiar o funcionamento da instituição, bem como de projetos sociais que a binacional realiza em diversas frentes.

Fontes: [La Nación](#), 17/06/2024; [La Nación](#), 18/06/2024; [La Nación](#), 18/06/2024.

Governo colombiano inicia diálogo de paz com uma nova guerrilha em meio a entraves com outras

Em 21 de junho, ocorreu um atentado na região do sudoeste da Colômbia, região dominada pelo grupo Estado Maior Central (EMC), após o acionamento de uma carga explosiva em um veículo particular. Houve três vítimas fatais da ação, entre elas um policial, e dez pessoas ficaram feridas. Em comunicado, o presidente Gustavo Petro reforçou que “aqueles que escolheram o caminho da guerra em vez da paz vão continuar sentindo todo o peso da lei”. Cabe ressaltar que o governo de Petro vem enfrentando entraves do grupo EMC nas mesas de negociação do acordo de paz. A mesa de diálogos com o grupo que teria início em 20 de junho foi adiada para 4 de julho, para acertar pontos pendentes e para não coincidir com a instalação da mesa de diálogos da Segunda Marquetalia, que teve início em 24 de junho. Outro motivo se dá pela pendência por parte do governo em anular ordens de prisão de líderes importantes

de várias estruturas ligadas ao EMC. Ademais, será o primeiro ciclo de diálogos que ocorrerá após a ruptura interna do EMC, na qual apenas algumas estruturas que se afastaram do líder Iván Mordisco e da violência que foi desencadeada na parte ocidental e sudeste do país, sobretudo em Cauca, se farão presentes. O objetivo deste encontro será discutir os avanços dos diálogos territoriais e definir uma nova prorrogação de cessar-fogo – que se encerrará em 15 de julho – com os grupos que ainda se mantêm em negociação. Já em 24 de junho, uma nova guerrilha iniciou os diálogos de negociação para a Paz Total de Gustavo Petro. Representantes da Segunda Marquetalia, grupo surgido em 2019 após desertar do Acordo de Paz de 2016 e que é comandado por Iván Márquez, se reuniu com representantes do governo de Gustavo Petro, em Caracas. O principal representante da organização nas negociações será José Vicente Lesmes, conhecido como Walter Mendoza. Iván Márquez, ainda que não faça parte da delegação da Segunda Marquetalia durante os diálogos, compareceu ao evento. Mendoza expôs o interesse da organização em chegar a um acordo de paz que o Estado cumpra e relembrou que o próprio presidente Petro reconhece que o acordo de 2016 foi um acordo de paz não cumprido. Já o chefe da delegação do governo Armando Novoa, no que diz respeito ao Acordo de Paz de 2016, declarou que quer “chamar a ‘Segunda Marquetalia’ para que não cometa erros, pois já há uma agenda, e o governo está comprometido com um acordo especial depositado no Conselho de Segurança da ONU.” Como resultado do primeiro ciclo de negociações, finalizado em 29 de junho, as partes acordaram medidas que poderão auxiliar a desescalar o conflito. Dentre os principais acordos, cabe ressaltar a promessa de cessar-fogo unilateral pelo grupo paramilitar, e deixou em aberto a possibilidade de um cessar-fogo bilateral, que será decidido pelo presidente Petro. A Segunda Marquetalia se comprometeu a não permanecer armada, nem uniformizada em sedes municipais e espaços urbanos, assim como em estradas terrestres ou fluviais. Ademais, o grupo comprometeu-se também em liberar todos os seus reféns. Já o governo colombiano se compromete a priorizar programas de reforma agrária integral e restituição de terras, os quais deverão ser respeitados pelo grupo. Por fim, em breve anúncio em 26 de junho, representantes da delegação do governo denunciaram violações ao cessar-fogo por parte do grupo de guerrilha Exército de Libertação Nacional (ELN). Ocorridos no mês

de junho, a delegação faz referência ao assassinato de um subintendente da polícia e o recrutamento forçado de dois menores de idade que haviam sido sequestrados pelo ELN, mas que foram resgatados pelo Exército. A delegação afirmou que as ações serão reportadas para o mecanismo de verificação de paz.

Fonte: [La Silla Vacía](#), 15/06/2024; [El Tiempo](#), 21/06/2024; [Carta Capital](#), 22/06/2024; [El Tiempo](#), 22/06/2024; [El Tiempo](#), 24/06/2024; [El Tiempo](#), 26/06/2024; [El Colombiano](#), 29/06/2024; [La Silla Vacía](#), 30/06/2024; [El Espectador](#), 30/06/2024

Uruguai realiza eleições internas partidárias visando às eleições presidenciais de 2024

No dia 30 de junho, celebraram-se as eleições internas partidárias no Uruguai, com o objetivo de eleger oficialmente os candidatos que irão concorrer às eleições presidenciais no final de outubro. Segundo informações da Corte Eleitoral do Uruguai, mais de 2,7 milhões de uruguaios estavam aptos a ir às urnas no dia 30. Entretanto, devido às condições meteorológicas, as férias escolares e as partidas futebolísticas do final de semana, as primárias contaram com o menor índice histórico de participação: apenas 36% dos eleitores compareceram às urnas, superando os índices de 2014, em que somente 37% dos uruguaios participaram. Apesar de o voto nas eleições primárias não ser obrigatório, o número preocupou os partidos. Entre os vencedores dos partidos, a Frente Ampla confirmou os resultados divulgados nas pesquisas de intenção de voto, tendo Yamandú Orsi vencido com 59,38% dos votos e se consagrado como o nome do partido para as eleições de outubro, seguido de Carolina Cosse com 37,50% que será a vice-presidente da coalizão esquerdista no Uruguai. No Partido Nacional, foi confirmada a vitória de Álvaro Delgado, ex-secretário da Presidência do Uruguai, com 74,45% dos votos registrados. Sua concorrente, Laura Raffo, alcançou 19,31% dos votos. Na mesma noite, Delgado anunciou Valeria Ripoll, ex-sindicalista e ex-ativista do Partido Comunista, como candidata à vice-presidência. No Partido Colorado, Andrés Ojeda venceu com 39,95% dos votos contra 22,67% em Robert Silva, seu principal concorrente. O partido ainda não chegou a um acordo de quem

será o candidato à vice-presidência. Por fim, o partido *Cabildo Abierto* nomeou Guido Manini para concorrer à presidência, que recebeu menos de 2% dos votos. Manini reconheceu a baixa votação e afirmou que este resultado merece uma análise mais aprofundada por parte do partido. Em paralelo, outros 15 partidos de menor incidência conseguiram alcançar os 500 votos necessários para competir nas eleições de outubro. Os principais foram o partido *Identidad Soberana*, o *Partido Independiente* e o *Asamblea Popular*.

Fontes: [El Observador](#), 30/06/2024; [El Observador](#), 01/07/2024; [El Observador](#), 01/07/2024; [Grupo Multimedio](#), 01/07/2024; [El Observador](#), 01/07/2024; [Prensa Latina](#), 01/07/2024.

Chile participa de fóruns multilaterais para coordenar medidas de resposta aos conflitos em Gaza e na Ucrânia

No dia 1 de junho, durante o evento de prestação de contas anual no Congresso Nacional chileno, o presidente Gabriel Boric anunciou que fará parte da denúncia apresentada pela África do Sul contra Israel na Corte Internacional de Justiça (CIJ). Boric afirmou que “as ações indiscriminadas e absolutamente desproporcionais contra civis” perpetradas pelo Exército de Israel são indignantes e, por isso, faz-se necessária uma resposta internacional sólida, da qual o Chile quer participar. No dia 11 de junho, o chanceler chileno, Alberto van Klaveren, participou da Conferência de Internacional para Resposta Humanitária de Emergência para Gaza. A conferência foi presidida por António Guterres, secretário-geral da ONU, e teve como objetivo estabelecer passos práticos para a ajuda imediata à Gaza. No âmbito da conferência, o chanceler chileno se encontrou com seu homólogo espanhol para discutir as perspectivas da participação de ambos os países na denúncia contra Israel na CIJ, já que a Espanha também anunciou no início de junho que se unirá aos países denunciadores. Em 19 de junho, van Klaveren anunciou que Cláudio Troncoso, diretor jurídico do MRE, coordenará diretamente a intervenção chilena na questão. A decisão visa a garantir o alinhamento da participação chilena na CIJ com a sua política externa. O chanceler chileno afirmou ainda que o Chile tem a intenção de apoiar as medidas provisórias já emitidas pela CIJ, que visam a um cessar-fogo imediato. Ainda buscan-

do avanços nas negociações dos conflitos que preocupam a comunidade internacional atualmente, Boric viajou para a Suíça para participar da Cúpula pela Paz na Ucrânia, que aconteceu entre os dias 15 e 16 de junho, com a participação de 90 países. No âmbito da cúpula, o presidente chileno se reuniu com Volodimir Zelensky, seu homólogo ucraniano, com o objetivo de firmar o alinhamento entre os países sobre as medidas necessárias para implementar a “Fórmula da Paz” da Ucrânia. A declaração final do encontro, assinada pelo Chile e outros 80 países, pede: a libertação de todos os prisioneiros de guerra; a garantia de que as atividades operacionais de energia nuclear ucranianas possam funcionar de forma segura; e, por fim, a livre e segura navegação comercial, como forma de garantir a segurança alimentar.

Fontes: [La Tercera](#), 01/06/2024; [UN News](#), 12/06/2024; [MRE– Chile](#), 11/06/2024; [La Tercera](#), 15/06/2024; [European Council](#), 16/06/2024; [La Tercera](#), 18/06/2024.

Campanha para eleição presidencial avança na Venezuela

As eleições para presidência da Venezuela acontecem no dia 28 de julho e, nas últimas semanas, a campanha foi marcada por conflitos e denúncias por parte da oposição. No final do mês de maio, no dia 28, o presidente do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), Elvis Amoroso, anunciou que a União Europeia (UE) estava sendo desconvidada a enviar observadores para as eleições, tendo em vista a manutenção das sanções que o bloco aplica ao país. A UE lamentou a decisão. No dia 5 de maio, os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Nicolás Maduro conversaram por telefone, e o presidente brasileiro pediu ampla presença de observadores internacionais nas eleições. O mês de junho também foi marcado por denúncias de prisões arbitrárias de apoiadores do principal candidato da oposição, Edmundo González Urrutia. Já seriam treze presos e seis refugiados na embaixada argentina. Além disso, o CNE desabilitou dez prefeitos a exercer cargos públicos por quinze anos, após manifestações de apoio ao candidato opositor. Por fim, no dia 20 de maio, foi anunciado um acordo entre os candidatos para que os resultados das eleições sejam respeitados. González, no entanto, não assinou o acordo, afirmando que os temas já estavam presentes na declaração de Barbados, cujo conteúdo vem sendo desrespeitado pelo governo. Maduro, por

sua vez, acusou González de estar planejando um golpe de Estado ao não assinar o documento. O mês de maio se encerrou com o anúncio, no dia 25, por parte da Organização das Nações Unidas, do envio de uma missão de observadores para as eleições presidenciais da Venezuela. O grupo produzirá um relatório informativo para o secretário-geral, António Guterres, que não será publicado.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 28/05/2024; [Agência Brasil](#), 05/06/2024; [O Globo](#), 15/06/2024; [Efecto Cocuyo](#), 20/06/2024; [Reuters](#), 20/06/2024; [O Globo](#), 21/06/2024; [El País](#), 21/06/2024; [Terra](#), 26/06/2024.

